

Imagens da África: Alteridade e Identidade na Expansão Portuguesa do Século XV

KATIUSCIA QUIRINO BARBOSA¹

INTRODUÇÃO

Na Idade Média era comum que muitos indivíduos nascessem e morressem sem que ao menos saíssem dos limites de suas aldeias. O pouco conhecimento do mundo tornava-o ainda mais vasto e misterioso e, por essa razão, viajar representava na maioria das vezes o encontro com o desconhecido. De fato, grande parte dos viajantes medievais conheciam bem as rotas que percorriam, sobretudo, os comerciantes que por séculos fizeram o mesmo trajeto por terra e pelo mediterrâneo ligando o Ocidente ao Oriente. Contudo, quanto mais se afastavam do Ocidente mais desconhecido tornava-se o horizonte e o Oriente figura nesse contexto como o espaço do maravilhoso por excelência, nas palavras de Jacques Le Goff, (LE GOFF, 1980) região que por falta de conhecimento empírico era preenchida por fantasias e mitos, na imaginação dos ocidentais.

A África era outra região pouco explorada pelos europeus. O norte do continente era o território dos “infiéis” muçulmanos; a parte subsaariana, praticamente desconhecida e por isso mesmo alvo de especulações míticas sobre a existência de terras e habitantes na região. A navegação pelo Oceano Atlântico ao longo da costa africana era feita somente no chamado “Mar Pequeno” que fica entre o norte do continente e o mediterrâneo, sendo, portanto, desconhecidas ou ao menos inexploradas as rotas oceânicas que ficassem abaixo do Magreb. Não havia até o século XV embarcações suficientemente fortes para navegar pela costa ocidental da África. O medo da força do “Mar Oceano” afastava os “mareantes” tanto europeus quanto muçulmanos.

No século XV essa situação irá mudar. No reino de Portugal observa-se uma série de novas demandas políticas e econômicas com a ascensão da Dinastia de Avis e

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Bolsista da CAPES. Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

nesse contexto insere-se a expansão territorial, a qual ultrapassou os limites ibéricos, apresentando-se como uma forma de escoar as tensões internas causadas pela emergência de uma nova nobreza que surge com a revolução de 1385.

Iniciada em 1415, com a tomada da praça marroquina de Ceuta, a expansão portuguesa sobre a África avançou ao longo do século XV. Esse fato será extremamente representativo não só para os portugueses, mas para toda a Cristandade Medieval que doravante, inicia um processo de profundas transformações no que tange ao desenvolvimento tecnológico e as percepções geográfico-espaciais que irão desembocar no alvorecer da era moderna. Isto posto, nosso objetivo consiste na análise das representações da África, feitas pelos europeus durante a expansão portuguesa quatrocentista, utilizando como fontes de pesquisa os relatos de viagens do navegador italiano Luís de Cadamosto e a crônica dos feitos e conquistas da Guiné de Gomes Eanes de Zurara.

EXPANSÃO MARÍTIMA E POLÍTICA AVISINA

A expansão portuguesa sobre a África converteu-se em um elemento basilar da política dos reis de Avis que utilizavam o movimento de variadas formas, ao gosto dos interesses políticos de cada reinado. Nesse sentido, entendemos que tal movimento deva ser analisado conjuntamente ao projeto político da Casa de Avis, visto que ele é um dos seus alicerces. Tal projeto fora erigido a partir da ascensão D. João I ao trono, diante da necessidade de reorganizar o poder régio e definir as suas bases de apoio, servindo para apontar as diretrizes do Estado português, tanto em suas ações internas quanto externas.

Identificam-se na expansão portuguesa três frentes distintas, quais sejam: a demanda do Prestes João, a guerra contra os mouros e a exploração das ilhas atlânticas (THORNTON, 2010:324). A demanda do Prestes João constituiu na busca do lendário rei cristão governante da Etiópia. O objetivo de Portugal era encontrar o referido rei e

com ele estabelecer uma aliança política e militar para lutar contra os reinos muçulmanos do norte da África.

A guerra histórica contra os mouros data da formação do reino de Portugal e, a nosso ver, nunca perdeu o caráter cruzadístico que a motivara em seus primórdios. A conquista de Ceuta, em 1415, foi uma decisão tomada pouco depois que o reino português estabelece um acordo de paz com Castela, seu inimigo interno, relacionando-se, assim, com as necessidades guerreiras da nobreza e reafirmando o paradigma de rei cavaleiro, fomentando um ideal missionário, segundo o qual o reino deveria “cumprir sua missão”, expandindo o evangelho para além das fronteiras da Cristandade.

Os feitos militares dos portugueses em África conferiu ao reino grande prestígio na Europa e diante do papado. A empresa africana fora plenamente apoiada pela Igreja, o que pode ser observado através das bulas papais expedidas ao longo do século XV, as quais concederam aos Portugueses o direito de “fillar” homens em nome de Deus e conferiram à expansão o aspecto sagrado e missionário que há muito a propaganda régia avisina havia apregoado ao movimento. Dessa forma, a guerra contra os mulçumanos que inicialmente constituía uma estratégia política nacional, integrou rapidamente um projeto mais amplo de expansão da *Respublica Christiana*.

Note-se, assim, que a guerra no norte da África manteve-se ao longo do século XV, atravessando os reinados de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V. Esse processo fora marcado pelas discontinuidades e pelos dissensos gerados na corte portuguesa. Todavia, as guerras empreendidas no norte da África foram fundamentais para a formação da identidade portuguesa, uma vez que se está em contato contínuo com um “outro” que não é totalmente estranho, porém oposto em valores e crenças e por isso um inimigo. Trata-se da constatação de uma alteridade que se entende como relativa, visto que há o conhecimento e reconhecimento do “outro”, não se aceitando a sua diferença, vista como perigosa e danosa para os princípios que norteiam o “eu”.

A partir da década de 1470 o então príncipe D. João, filho de D. Afonso V, toma a frente dos negócios ultramarinos. A essa época a presença moura no norte do continente já não representava mais a mesma ameaça de outrora e a política do príncipe

volta-se para a consolidação da presença portuguesa na região do golfo da Guiné. Aclamado rei em 1481, D. João II mantém uma política de expansão para o Oriente avançando pelas costas africanas e da exploração dos rios do continente. O monarca compreende a necessidade de assenhorear de fato a região do golfo da Guiné o que irá se concretizar com a edificação do Castelo de São Jorge da Mina em 1482, “símbolo o domínio português na Costa da Mina e núcleo polarizador das trocas entre o litoral e o sertão, bem como das diversas regiões costeiras que se estendem desde a Serra Leoa até o reino do Benim” (FARINHA, 1998: 121). Em 1488, Bartolomeu Dias ultrapassa o Cabo das Tormentas, alcançando o Oceano Índico e dando início a uma nova fase da expansão portuguesa que vai culminar com a chegada de Vasco da Gama a Calicute, em 1498. No reinado de D. João II observamos algumas mudanças nos relatos acerca dos habitantes da África subsaariana, assim como da geografia da região.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, IDENTIDADE E ALTERIDADE

Ao tratarmos das relações entre europeus e africanos no contexto da expansão marítima portuguesa, deparamo-nos com conceitos como o de representação social, além de temas como a História das Viagens. Questões estas que se vinculam a tendências historiográficas surgidas em uma renovação do fazer História Cultural. Nossa abordagem bebe na fonte da Nova História Cultural, seguindo também a tradição dos *Annales*. Cabe ressaltar que entendemos a Cultura não como um conceito abstrato, mas também e principalmente como um dado material, refletindo e pautando-se em outros campos da sociedade, como a Economia e a Política. O fato de reconhecermos determinadas tradições não exclui de maneira alguma a aceitação da contribuição de outras correntes e a utilização de outras ciências, humanas ou não, como norte teórico e metodológico para a nossa análise.

As grandes navegações no século XV promoveram encontros cujos impactos são ainda hoje percebidos nas sociedades europeias, africanas, asiáticas e por fim

americanas. O Périplo Africano revelou muitas Áfricas, findando muitas crenças míticas e religiosas. Um choque entre muitas formas de pensar e existir e, sobretudo, de conceber o mundo e a realidade. Dessa forma, é de extrema importância que lancemos mão de conceitos oriundos de áreas e conhecimentos afins, como as noções de *espaço*, *território* e *paisagem* “importadas” da Geografia; A noção de *poder*, cara à Antropologia Política. Da Antropologia também extraímos as noções de *alteridade* e *identidade*, bem como reconhecemos a contribuição da Etnografia. Por fim, da Psicologia Social retiramos um dos conceitos norteadores deste artigo: *representações sociais*.

Este breve ensaio, fruto de reflexões de uma pesquisa que acaba de ser iniciada, não ousa encerrar nenhuma questão, mas tão somente apontar aquelas que serão desenvolvidas em um momento posterior. Aqui nos debruçaremos sobre a forma com que os viajantes portugueses e europeus, de modo geral, representaram a África e os africanos em seus relatos e de que maneira estas representações contribuíram para a formação de uma ideia de Europa.

Essas representações formaram “imagens” que revelam não uma África, mas uma variedade de concepções acerca do continente. As várias Áfricas e os vários africanos inserem-se em um plano mental de concepções imaginárias e em um plano real, que só é possível apreender através da conquista, da experiência empírica estabelecida com o contato. Entendemos ser o conceito de *representações sociais* muito cara à nossa análise. Surgida no campo da psicologia social, sendo inicialmente desenvolvida pelo psicólogo francês Serge Moscovici, tal noção tem sido largamente utilizada em pesquisas históricas, sobretudo, a partir da leitura que o historiador Roger Chartier faz desse conceito.

Todavia, nosso trabalho vincula-se à sistematização dessa noção oferecida pela psicóloga francesa Denise Jodelet, que desde a década de 1980 vem trabalhando com o tema, associando-o as concepções de identidade e alteridade que também estão no cerne de nossa análise. Para a autora o conceito de representações sociais *designa uma forma específica de conhecimento, o saber do senso comum, cujos conteúdos manifestam a*

operação de processos generativos e funcionais socialmente marcados.(JODELET, 2005: 24) Essa forma de conhecimento estaria ligada ao pensamento prático, criando, a partir dele, modalidades que atuam na compreensão e no domínio do ambiente social, material e ideal.

Obviamente que para representar o “outro” é necessário ter um consciência minimamente clara do “eu”. Tratamos aqui de uma relação binária que se estabelece entre dois ou mais grupos distintos, que opõe *Identidade* a *Alteridade*. No caso em pauta, a identidade se constrói no contato com aquele que lhe é extrinsecamente distinto. O filólogo francês Paul Zumthor ao tratar do tema da alteridade na Idade Média, aponta duas perspectivas, quais sejam: a *alteridade relativa* e a *alteridade absoluta*.

Uma primeira reflexão que devemos fazer é a de que há sempre uma relação de alteridade entre o historiador e o seu objeto de pesquisa. A gradação dessa alteridade será medida em relação ao tempo e a sociedade sobre a qual reside o olhar do pesquisador. Se pensarmos a sociedade medieval europeia em termos de cristandade, fundamentada, portanto, em uma determinada concepção do cristianismo, concluiríamos que hoje, no mundo ocidental, ainda que concebamos a mesma religião de diversas maneiras ainda observamos elementos aproximativos e ,nessa perspectiva, a alteridade seria relativa.

O mesmo não ocorreria se estabelecêssemos como parâmetro de análise as sociedades da região do Golfo da Guiné no mesmo período, onde a relação de alteridade seria absoluta. A mesma classificação que distingue modelos de alteridade, transpostada para o grau de estranhamento e de identificação entre portugueses e africanos no século XV, pode ser utilizada e nesse caso, com base no que se pode extrair das representações contidas nas fontes, podemos afirmar que em relação aos mouros os portugueses tinham uma relação de alteridade relativa, ao passo que com os guinéus essa alteridade era absoluta.

As fontes que aqui utilizamos apresentam representações pautadas em especulações de cunho simbólico, imaginário e também e dados obtidos através do

vivido, do empírico. As representações sociais que falamos aqui são frutos de um discurso que tem em seu teor dados de uma forma de conceber a realidade que se distancia muito da nossa, uma vez que ela é permeada pelo maravilhoso que permite uma série de especulações mentais, mas também é repleta de especulações com bases na realidade, na prática.

ZURARA, CADAMOSTO E A REPRESENTAÇÃO DO “OUTRO”

As imagens da África criadas a partir dos contatos estabelecidos ao longo do século XV se lançam sob diversos aspectos e, nesse sentido, as representações que podemos extrair das fontes coevas não tratam apenas das pessoas que habitavam o continente, mas também da geografia e da natureza africana. Para trazermos à tona algumas dessas imagens utilizaremos dois autores coevos que escrevem com propósitos bem distintos.

O primeiro é Gomes Eanes de Zurara, segundo cronista-mor do reino de Portugal, cargo este criado no início do reinado de D. Duarte e que tinha por objetivo a guarda dos documentos régios e a produção de crônicas, isto é, de obras que exaltassem o reino e a Dinastia. As crônicas quatrocentistas foram produzidas em um contexto de legitimação, consolidação e exibição do poder da Casa de Avis. Nessas obras revelam-se preocupação com a necessidade de criar uma memória oficial do reino e, por conseguinte, uma identidade portuguesa. O cronista-mor atuou como porta-voz de um discurso que se pretende oficial. A linguagem passou a ser utilizada como forma legítima de expressão da realeza, representando uma autoridade que, nessa conjuntura, é delegada ao cronista, o qual a representa e a propaga através de sua produção. As obras de Zurara inserem-se em uma perspectiva propagandística, disseminam um discurso que visa elevar a honra do rei e do reino, destacando principalmente os “grandes feitos” realizados na África.

Nesse sentido destacamos aqui a “*Crônica dos Feitos e Conquistas da Guiné*”, ou simplesmente “*Crônica da Guiné*”, primeira obra a tratar dos “descobrimientos” na

região do Golfo da Guiné. Trata-se do relato dos primeiros contatos de europeus com povos detentores de padrões culturais completamente desconhecidos, bem como da conquista de terras, outrora dominadas pelos mouros, no norte da África e da colonização das ilhas atlânticas próximas à Costa Africana. Uma obra riquíssima por apresentar diferentes momentos da expansão quatrocentista e as múltiplas impressões dos portugueses em relação ao continente, sua grandeza, sua natureza e os seus habitantes.

Como dissemos, a produção cronística de Zurara possuía um propósito muito bem definido, estando, portanto, inserida dentro de uma lógica discursiva que enaltecia o poder da Casa de Avis. Em uma perspectiva distinta está a obra de Luís de Cadamosto, navegador italiano que realizou duas viagens a África, ainda na primeira metade do século XV, sob as ordens do Infante D. Henrique. A produção de Cadamosto trata-se de um relato de viagem que o autor escreve enquanto navegava pelo continente africano, expondo as suas impressões pessoais acerca do que está observando. Embora preocupado em relatar os acontecimentos ocorridos nas primeiras viagens de exploração dos portugueses na África, Zurara não tomou parte dessas viagens, apenas compilou as histórias das quais teve acesso. Tratamos aqui de duas fontes de naturezas diferentes, escritas com propósitos diversos e sob perspectivas distintas.

Enquanto Cadamosto fora um agente do movimento expansionista, a Zurara restou à tarefa de historiador. Ponto comum aos dois autores é que ambos foram publicaram suas obras anos após os fatos por eles narrados. Tratamos aqui não de fatos cuja veracidade seja incontestável, mas de dados de realidade, de concepções e de representações de mundo, os quais embora não correspondam ao real, se constroem sobre o real e, de acordo com Pierre Bourdieu, se fazem acontecer na realidade, pela eficácia própria do que representam. (BOURDIEU: 112).

O que alvitramos a lançarmos mão dessas duas fontes é buscar o que nelas há de comum acerca dos elementos que compõem a relação de alteridade entre portugueses e africanos. Sendo assim, iremos destacar a forma com a qual os europeus percebiam o “outro”, considerando as “maneiras”, isto é, os costumes que os autores preocuparam-se

em descrever. Nesse sentido destacamos aqui o relato de Zurara sobre as maneiras observadas na terra dos negros:

As vestiduras que trazem são almexias de coiro, e assim bragas dele; porém alguns honrados têm alquicés; e alguns especiais, que quase são sobre todos os outros, trazem vestidos bons, assim como os outros Mouros, e bons cavalos e boas selas, e boas estrebeiras; mas estes mui poucos. As mulheres vestem alquicés, que são assim como mantos, com os quais somente cobrem os rostos, e por ali entendem que acabam de cobrir toda sua vergonha, Ca os corpos trazem todos nus. Por certo diz aquele que ajuntou esta história, que esta é uma das cousas por que homem pode conhecer sua grande bestialidade (ZURARA,1972 : 205)

Nesta passagem o autor descreve as formas de vestimentas de homens e mulheres da terra dos negros, sem especificar exatamente a posição geográfica do povo descrito e sem identificá-los como pertencente a uma determinada etnia ou a uma determinada tribo. O autor destaca na forma de vestir dos negros a distinção social que delas advém. Em geral usam almexias; os que estariam em uma posição social superior trazem consigo alquicés, enquanto aqueles que estariam hierarquicamente acima dos demais usam vestidos. O autor utiliza como referência para a determinação da hierarquia dos modos de vestir as distinções observadas entre os mouros. Mais que isso utiliza expressões mouras para definir os tipos de vestimenta. Quanto aos modos de vestir das mulheres, o autor destaca que a única parte coberta é o rosto, entendido pelos guinéus, na perspectiva de Zurara, como a região do corpo feminino onde reside a vergonha. O que traz grande espanto ao cronista que resume tal fato como um traço da bestialidade dos guinéus, revelando, portanto um juízo de valor. Os nativos são então vistos como inferiores aos portugueses.

Na crônica de Zurara muitas são as passagens em que viajantes portugueses, em geral cavaleiros, descrevem não só pessoas, mas principalmente as características geográficas da Guiné e sua fauna. A exuberância da natureza parece chamar mais a atenção do que o povo que habita a região. Em diversos momentos da obra o autor se refere à resistência que os guinéus ofereciam à captura, demonstrando que os primeiros

contatos estavam longe de serem pacíficos. Em nenhum momento são tratados como inimigo, ao contrário do que ocorre com o tratamento desferido aos mouros em toda a crônica.

Tal olhar sobre o outro nos faz ter a falsa ilusão de que os portugueses viam os guinéus de forma homogênea, principalmente porque a crônica de Zurara nos oferece poucos dados acerca das etnias encontradas nas terras da Guiné. O autor, aliás, atenta para o fato de ser a gente da “terra verde”, toda negra, elegendo a cor como traço de identidade determinante, como se entre os negros não houvesse nenhuma outra forma de diferenciação. A passagem que destacamos acima foi retirada do capítulo setenta e seis da crônica intitulado “*como o autor começa a falar da maneira daquela terra*”, colocando os costumes de um determinado local como válidos para todos os povos do Golfo da Guiné.

De fato, Zurara é geograficamente impreciso e não lança um olhar mais aprofundado sobre os diversos povos encontrados nas terras de além do Cabo Branco. Por outro lado, Cadamosto revela uma preocupação muito maior com a posição geográfica das regiões percorridas, bem como, um olhar mais apurado acerca dos costumes nativos, o que podemos observar com base na seguinte descrição:

Quanto ao vestir desta gente, quase todos andam nus continuamente, salvo que trazem um coiro de cabra posto em forma de Braga com que cobrem as vergonhas; mas os senhores e aqueles que podem alguma coisa vestem camisas de pano de algodão, pois naquela terra produz-se algodão e com ele fiam as suas mulheres e fazem panos de algodão com a largura de um palmo, pois não sabem fazê-los mais largos, pois não sabem fazer os pentes para tecer: e assim cosem quatro ou cinco daqueles panos de algodão uns aos outros quando querem fazer algum trabalho mais amplo. Quanto à forma as suas camisas são compridas até meia manga coza e largas; e vão até ao peito do pé; e são sobremodos largas, pois delas vi que na boca mediam 30 e 35 palmos, e delas ainda, 40: quando estão cingidas pelo meio corpo ficam fraldadas por causa da sua grande largura e comprimento e vem a formar uma bolsa à frente, e outra atrás as quais chegam ao chão, e quase trazem cauda; e é a mais extravagante coisa do mundo, porque andam com as saias largas e trazem cauda. Perguntavam-me eles a mim se alguma vez tinha visto mais belo vestido ou mais bela moda do que aquela; e tem por certo que é uma bela coisa.

As mulheres andam todas descobertas da cintura para cima, tanto casadas como solteiras; e da cintura para baixo trazem um lençolzinho dos tais panos de algodão, cingido pelo meio, o qual chega a meia perna.

E todos eles andam sempre descalços, tanto homens como mulheres. Na cabeça nunca trazem nada, e dos cabelos fazem umas tranças bem compostas e atadas por diversos modos; e tanto as trazem homens como as mulheres; mas por natureza, as mulheres não têm o cabelo superior a um palmo. (CADAMOSTO, 1944 :120-121)

Assim como em Zurara, podemos observar na descrição de Cadamosto a tentativa de diferenciar os modos de vestir de homens e de mulheres, bem como de se fazer a distinção entre grupos sociais a partir da vestimenta masculina. Pela sua própria natureza, o relato de Cadamosto é bem mais rico em detalhes. O autor preocupa-se em mensurar o tamanho das roupas, a quantidade de tecido usada para confeccioná-las, as técnicas de costura empregadas. Além disso, aponta os elementos comuns a homens e mulheres, como, por exemplo, a não utilização de calçados e o uso de tranças. Cadamosto apresenta um verdadeiro relato etnográfico, lançando sua atenção sobre diversos aspectos das práticas e dos costumes nativos.

A partir de uma análise mais profunda da obra de Cadamosto, é possível identificar com maior clareza as diferenças culturais dos povos nativos da região do Golfo da Guiné, bem como práticas sociais e estruturas políticas distintas que refletem inclusive no tratamento que os portugueses irão desferir a eles. Podemos destacar a partir da demonstração dos modos de representar o “outro” em Zurara e em Cadamosto que ambos utilizaram como parâmetros para descrever os guinéus critérios de distinção de gênero e de grupos sociais, com base na descrição das vestimentas dos nativos. Obviamente este é apenas um elemento de análise. Outros tantos podem surgir a partir do exame mais apurado das fontes, contudo não há espaço para tanto neste breve artigo.

CONCLUSÃO

A partir da análise das fontes relativas à expansão portuguesa do século XV é possível observar, no confronto estabelecido em decorrência do encontro com o “outro”, a existência de um sentimento de identidade que sugere uma consciência de “ser europeu”, entendendo a Europa não apenas como um lugar, mas, sobretudo, como um

arcabouço ideológico sustentado pelo cristianismo. Antes de serem portugueses, castelhanos ou, como no caso de Cadamosto, italianos, esses homens que atuaram como agentes da expansão ultramarina eram cristãos e agiam de acordo com um modo de pensar estabelecido no interior da Cristandade, que embora não representasse um bloco homogêneo serviu como norteadora na construção da relação entre os europeus e os “outros” (FONSECA, 2001:263).

Os viajantes europeus quatrocentista foram os primeiros etnógrafos ocidentais. Seus relatos refletem uma representação do mundo pautada nos ideias cristãos tardo-medievais e contribuem para entendermos a gênese do etnocentrismo europeu e das ideias evolutivas de civilização que por muito tempo colocaram o Ocidente em uma posição de superioridade em face das demais culturas. Posição esta que só a partir de finais do século XX começa a ser contestada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

CADAMOSTO, Luís de. *Navegações de Luis de Cadamosto.* Lisboa : Instituto para a alta cultura, 1944.

ZURARA, Gomes Eanes. *Crônica da Guiné.* Segundo o manuscrito de Paris Modernizada. Introdução, notas, novas considerações e glossário de José Bragança. Lisboa: Livraria Civilização, 1972.

Fontes Secundárias

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, S/D.

COELHO, Maria Helena da Cruz. “Portugal na época dos descobrimentos” In *Revista História das Ideias*. Instituto de História e teoria das ideias. Faculdade de Letras, 1992.

FARINHA, António Dias. “Norte da África” In **BETHENCOURT**, Francisco & **CHAUDHURI**, Kirti. *História da expansão portuguesa*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.

FONSECA, Luís Adão da. *A consciências da Europa no horizonte da expansão portuguesa*. In *Revista Camoniana*. Bauru -São Paulo: Universidade do Sagrado Coração, 2001.

LE GOFF, Jacques. “O Ocidente medieval e o Oceano Índico: um horizonte onírico”. In **IDEM**, Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Lisboa: Ed. Estampa, 1980.

JODELET, Denise. “Représentations Sociales: phénomènes, concept et théorie”. In **MOSCOVICI**, S. *Psychologie sociale*. Paris presses Universitaires de France, 1984. Apud **SÁ**, Celso Pereira de. “Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria” .pp. 19-45. In **SPINK**, Mary Jane (Org.) *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

JODELET, Denise. “Formes et figures de l’altérité”. pp. 23-47. **SANCHEZ-MAZAS**, Margarita & **LICATA**, Laurent. *L’Autre : Regards psychosociaux*, Grenoble : Les Presses de l’Université de Grenoble, 2005.

SÁ, Celso Pereira de. “Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria” .pp. 19-45. In **SPINK**, Mary Jane (Org.) *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TODOROV, Tzevetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

THORNTON, John K. “Os portugueses em África”. In **CURTO**, Diogo Ramada; **BETHENCOURT**, Francisco . *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010.

ZUMTHOR, Paul. *Falando de Idade Média*. São Paulo: Perspectiva, 2009.